

1/ Con. Brasil
23 OUT 1988

Fim de jogo

Oswaldo Peralva

JORNAL DE BRASÍLIA

Acusados de não sermos um País sério, às vezes nossa atitude copia as anedotas. Conta-se que diante de um copo com água pela metade, o otimista declarou que ele estava quase cheio, e o pessimista — que estava quase vazio.

Os homens públicos brasileiros se comportam mais ou menos assim diante da presente situação econômico-financeira. Para uns já estamos mergulhando de cabeça no caos, com todos os indícios da hiperinflação se perfilando. O processo inflacionário, hoje em torno de 30% ao mês, breve chegaria a 30% por semana, por hora, por minuto, com todas as consequências negativas para a ordem pública e para as instituições, de que o exemplo mais trágico foi o da Alemanha prénazista.

Para outros, a coisa não é tão feia como se pinta. Admitem que, afora o parêntese da primeira etapa do Plano Cruzado, o índice infla-

cionário tem subido de modo sistemático, como uma enfermidade maligna diante da qual se têm desmoralizado todas as terapias e todos os terapeutas, inclusive a do feijão com arroz do ministro Maílson da Nóbrega. Contudo, conforme alegam, há setores dinâmicos da economia, como a agricultura e o comércio exterior, cujo desempenho vem sendo excelente e tem de ser levado em conta. Uma das críticas do presidente eleito Tancredo Neves, de referência ao quadro então vigente, era o estancamento da produção anual de grãos em torno de 50 milhões de toneladas. No ano passado, houve um salto para 60 milhões, e a previsão para este ano é superior a 70 milhões.

Esse jogo de enfoques, entre o pessimista e o otimista, está chegando ao fim. Generaliza-se a certeza de que o inimigo mortal — de todos os que vivem de salário e da sociedade em conjunto, pela ameaça que representa às instituições

democráticas — é a inflação. E é para combatê-la que se arregimentam, algo alarmados, diferentes setores da vida pública. Já ninguém parece acreditar na eficácia da fórmula dos ministros da Fazenda e da Seplan.

Assim, costura-se apressadamente, talvez demasiado tarde, um pacto social, mais de uma vez proposto, desde as vésperas da Nova República, sem ter encontrado o apoio indispensável. Para viabilizá-lo agora, o senador Humberto Lucena sugere a renúncia coletiva do ministério e a formação de um Governo de coalizão, para respaldo político do pacto social. E o deputado Delfim Netto, conservador e com notórios vínculos com o empresariado paulista, prega a moratória da dívida pública interna, com este argumento pragmático: "Não vai acabar o País, apenas algumas pessoas perderão o que já tinham perdido". Enfim, algo se move.